



Rigotto deu razão ao Congresso e quer apressar critérios para MPs

## Congresso faz protesto e pára votação de MPs

Os protestos dos parlamentares contra a edição desenfreada de medidas provisórias pelo Executivo derrubaram ontem o acordo feito entre Governo e líderes partidários para limpar a pauta do Congresso. Em sessão pela manhã, o Governo conseguiu do Congresso a aprovação de nove MPs, embora na véspera todos os partidos tivessem concordado em pôr 14 MPs em votação. Para discutir as outras 38 MPs e os 134 vetos presidenciais acumulados na pauta, os parlamentares querem uma garantia para a limitação da edição de MPs.

“O Legislativo tem toda razão de estar esperneando”, admitiu o líder do Governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), que decidiu promover na próxima semana um encontro entre o ministro da Justiça, Nelson Jobim, e os líderes partidários para acertar a regulamentação da edição de MPs. O ministro Jobim, foi indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para negociar a limitação das MPs com o Congresso.

**Indignação** — A indignação de alguns parlamentares com a falta de “urgência e relevância” de determinadas MPs — critérios que credenciam o Governo a legislar por meio desse expediente — acabou interrompendo a vota-

ção. “O Executivo assume o papel do Legislativo para baixar lei sobre o percentual do iodo no sal”, protestou o deputado Paulo Bernardo (PT-PR).

Sem parar de reclamar, o deputado Bonifácio de Andrada (PTB-MG) conseguiu obstruir a sessão. “Por que estamos votando a toque de caixa MPs que ainda nem estão com prazo de discussão vencido e nem sequer foram apreciadas pelas comissões mistas?”, perguntou. com o quórum já reduzido no plenário, o presidente José Sarney cedeu às pressões e encerrou a sessão, deixando para a próxima semana a votação dos itens restantes.

As medidas provisórias aprovadas ontem, sem emendas, são a que reestrutura o Departamento de Receita Federal, extinguindo mil cargos e criando outros 301 (898); a que isenta as empresas exportadoras de pagarem o PIS/PASEP (896), prorroga para 31 de dezembro de 1995 o prazo de isenção de IPI sobre máquinas e equipamentos pesados (902); elimina o limite de importações pelos Correios (903), regulamenta os juros da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) pagos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) (912); e reestrutura os cargos do IPEA (914); trata do percentual do iodo a ser adicionado no sal de cozinha (895); altera o prazo na lei orçamentária de 1994 para envio ao Congresso de créditos suplementares (910) e a que cria um Conselho Federal na estrutura do Ministério da Justiça para gerir o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (913).

10 MAR 1995

JORNAL DE BRASÍLIA